

Angola sob a mira do capital mundial

FRANCISCO ADJACY FARIAS

VAN-DÚNEM, José Octavio Serra. *Fundos Sociais: um colírio no combate à pobreza?* Luanda: Kilombelombre, 2008. 317 p.

O pequeno município de Viana, em Angola, foi o pedaço da África que José Octávio Serra Van-Dúnem escolheu para explicitar as assombrosas ingerências do Banco Mundial nesse continente. Sua pesquisa se debruça sobre os chamados Fundos de Apoio Social (FAS), investimentos financeiros que integram o programa de “estabilização econômica” implantado em diversos países por esta entidade com a função de “combater a pobreza” e estimular o “desenvolvimento econômico”. Para realizar seu intento, analisou a situação dos envolvidos com estes projetos, ao longo dos anos 1990, período no qual este tipo de intervenção

ocorreu mais intensamente, sobretudo na África Subsaariana.

Ao fazer uma retrospectiva da atuação do Banco Mundial no continente, Van-Dúnem observa que seu discurso acerca da pobreza vem modificando desde sua criação, após a Segunda Grande Guerra, e recebendo críticas de estudiosos como Mohameden Oul-Mey, Samir Amin, Thandika Mkandawine, Robert Kappel, Sonia Alvarez, Joseph Stiglitz, Carol Graham, Judith Tendler, entre outros. Esta abordagem inicial do tema ajuda o autor a delimitar alguns elementos significativos para a concepção e a execução dos FAS: participação, vínculos entre os Fundos e as instituições locais e sustentabilidade dos projetos. Tal procedimento lhe permite examinar se os “beneficiários” são realmente “participes” dos Fundos Sociais, como é feita a

FRANCISCO ADJACY FARIAS

Sociólogo, mestrando do MAPPS-UECE e pesquisador do Observatório das Nacionalidades.

gestão deste junto a instituições locais (governo, ONGs, igreja, etc.), quais as perspectivas para o município de Viana e, ainda, confrontar apreciações de outros atores sociais acerca dos Fundos com a visão do próprio Banco Mundial.

Apoiado em documentos oficiais, Van-Dúnem lembra que esta entidade demonstra grande capacidade de adequação às situações históricas. Durante a gestão de Robert McNamara, o Banco Mundial assume a missão de “combater a pobreza”, advento marcado pelo discurso de Nairóbi, no qual a pobreza é tratada como grave ameaça à segurança internacional.¹ Nas décadas de 1970 e 1980, a entidade multilateral prioriza um conjunto de medidas para “equilibrar e restabelecer a macroeconomia dos países assistidos”, ficando a redução da pobreza no rol das políticas compensatórias. Com o malogro dessas iniciativas e o aumento substancial do contingente de pobres, o Banco

Mundial amplia sua concepção de pobreza, e dá um caráter mais “social” a seus projetos.

O final do século XX é um momento decisivo para revelar as estratégias da expansão capitalista, agora livre da “ameaça socialista”. A maior incidência do programa de ajuste estrutural não constitui decisão isolada dos propulsores econômicos e ideológicos do capitalismo, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes agentes da “nova ordem global” fazem parte de uma política ampla, incisiva e agressiva posta em prática pelos Estados “centrais” com vistas à abertura dos mercados dos países “periféricos”. Portanto, o enfoque de Van-Dúnem é pertinente, e as intervenções realizadas em Viana se dão por meio dos FAS, exemplos fidedignos desse momento da conjuntura internacional.

De modo geral, a criação dos FAS provocou grande expectativa nos países da África Subsaariana, com promessas de emprego, educação, saúde e redução da pobreza. No entanto, sua implantação esbarrou em problemas entre técnicos do Banco Mundial, representantes dos governos locais e a

1 Estrategista da guerra do Vietnã e secretário de Defesa durante os governos de John Kennedy (1961-1963) e Lyndon Johnson (1963-1968). Presidiu o Banco Mundial de 1968 a 1981 e pronunciou, em 1973, o discurso de Nairóbi, diante da Junta de Governadores do Banco Mundial e do FMI.

população envolvida, sobretudo nas primeiras intervenções ocorridas nessa região. Quanto ao seu desempenho, a entidade tentava justificar os pífios resultados alegando que estes Fundos Sociais eram instrumentos de política compensatória para amenizar os efeitos negativos do programa macroeconômico junto aos segmentos mais vulneráveis.

As críticas de estudiosos à atuação do Banco Mundial, relatadas por Van-Dúnem, giram em torno de duas questões básicas. Primeira: na prática, os FAS não possuem nenhum mecanismo estratégico de combate à pobreza, mas sim intensa conotação ideológica, norteadas por princípios neoliberais. Segunda: de acordo com a concepção do Banco Mundial sobre o que deve ser a sua intervenção, as reformas preconizadas pelos Fundos Sociais não provocam o impacto esperado, pois sempre existe a possibilidade de os atores locais reinterpretarem e se apropriarem dos programas internacionais em função da trajetória e do contexto histórico de cada região. Ambos os questionamentos desqualificam os FAS como instrumentos eficazes na eliminação da pobreza.

Em relação à primeira crítica, são constantes as dúvidas quanto à validade da estratégia de “combate à pobreza” nos trabalhos sobre as políticas do Banco Mundial. Esta, inclusive, é uma das conclusões do meu estudo sobre o conceito de pobreza do Banco, suas estratégias e metodologias.² Ao examinar relatórios produzidos entre 1990 e 2002, verifiquei que esta entidade multilateral busca se apropriar do conceito, de modo a manter a pobreza sob seu controle e, assim, legitimar orientações e práticas neoliberais. Com o pretexto de “aliviar” a pobreza, o BM consegue “passe livre” para atuar em vários países e, em consequência, expandir sua capacidade de influir junto aos Estados nacionais. Tal atividade lhe confere autoridade e expressa, simbolicamente, o poder que lhe confiam.

No tocante à segunda questão, a incompatibilidade de uma estratégia única de “combate à pobreza” com a realidade de cada país assistido talvez seja a principal causa dos fracassos admitidos pelo próprio Banco

² Para uma discussão mais aprofundada a respeito deste tema, ver: Farias (2007) e Farias e Martins (2007).

Mundial. A primazia atribuída ao fator financeiro e os parâmetros arbitrários (a famigerada “linha de pobreza”)³ limitam a compreensão dos múltiplos aspectos do fenômeno da pobreza. Mencionada aborda-gem ignora elementos inerentes ao padrão de vida dos indivíduos e das famílias, como também as características sociais e culturais das suas comunidades. Para uma ideia mais clara desses contrastes, cabe observar a realidade de povos africanos que sequer têm contato com o dinheiro e cuja base das relações comerciais é o escambo. Então, como classificar esses povos segundo critérios financeiros?

Como sabido, as intervenções multilaterais na África estão repletas de problemas. O continente detém os piores indicadores sociais do mundo “em desenvolvimento”, com forte ocorrência nas áreas rurais. Persistentes conflitos étnicos, lutas religiosas e guerras civis, quase sempre estimulados de “fora” para “dentro”,

3 O Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990 estabelece que indivíduos com rendimento inferior a um dólar por dia (tendo por base a renda per capita do país) estão situados abaixo da linha de pobreza.

geram fragilidade institucional em muitos países africanos, além de um fluxo intenso de refugiados nas zonas de fronteira. Diante da instabilidade política e das desigualdades socioeconômicas, aliadas à cobiça das potências pelas riquezas naturais, o continente africano tornou-se um dos maiores focos de interferências externas, como as praticadas pelas Nações Unidas e suas entidades, com destaque para o Banco Mundial, pelos bancos estrangeiros, pelas corporações multinacionais, igrejas, organizações não governamentais, instituições de ajuda humanitária, entre outras.

O autor descreve, com fatos dados geográficos, sociais, políticos e econômicos, a história de Angola, desde a resistência à ocupação portuguesa no século XVI, passando pelos movimentos de libertação nacional, até a tardia proclamação da República, em 1975. E ressalta as riquezas naturais do país, mormente as reservas de diamantes e petróleo, e a conflituosa situação dos angolanos em razão das constantes guerras que assolaram o país, gerando dificuldades de diversas ordens para edificação do Estado e construção da nacionalidade.

A situação de Angola ilustra bem as motivações que levam o capital mundial à África e suas consequências.

Van-Dúnem prossegue com uma avaliação geral dos Fundos Sociais em Viana, contendo um breve histórico do projeto e suas características primordiais. O ano de 1994 é expressivo para o estudo de caso, uma vez que marca o início da atuação do Banco Mundial naquele município. Os Fundos Sociais têm como objetivo central “a promoção de condições de desenvolvimento sustentável e alívio da pobreza”, sendo concebidos para desempenhar um papel intermediário entre as comunidades, o governo e o Banco Mundial.

A análise dos Fundos de Apoio Social por Van-Dúnem foi composta de uma amostra em 47 comunidades e 7.425 pessoas, escolhidas aleatoriamente. As informações obtidas mediante encontros, entrevistas e questionários com os beneficiários do projeto foram organizadas pelo pesquisador e são apresentadas na forma de uma “base de dados da avaliação social participativa dos FAS”. Ao consultar esta base de dados foi possível conhecer características de moradia, trabalho e acessibilidade

das comunidades locais, entre outras, bem como as opiniões das famílias sobre o nível de participação nos FAS; o grau de expectativa e satisfação com o projeto; os impactos na melhoria das condições de vida e as prioridades para o futuro.

Quanto à participação, Van-Dúnem arrola os problemas enfrentados pelos beneficiários, tais como: fraco envolvimento da comunidade, pouca influência das autoridades locais, desmobilização da população, limitada presença de mulheres e falta de clareza acerca do objetivo do projeto. Embora a maioria dos beneficiários afirme ter melhorado de vida, o autor questiona o fato de esta opinião estar condicionada pelo caráter emergencial e assistencialista dos Fundos Sociais.

No tocante à autonomia, o autor discute as dificuldades dos moradores de Viana em saber o que são os Fundos Sociais, ora confundidos com projetos do governo de Angola, ora com atividades das organizações não governamentais, além de desconhecerem os procedimentos de gestão dos FAS. Outro aspecto intrigante relaciona-se ao termo “capital social”, muito usado pelo Banco Mundial, mas

que acarreta uma série de ambiguidades. Seu sentido usual está vinculado à presença de agentes sociais como ONGs, igrejas, associações e autoridades locais. Conforme o Banco, a presença desses atores é fundamental para a “integração dos beneficiários” no projeto. No entanto, as informações colhidas por Van-Dúnem revelam que a maioria deles não respondeu à pergunta sobre como é a “integração” em sua comunidade. Isto levou o pesquisador a argumentar que o indicador “capital social” parece insuficiente e comprometedor da “sustentabilidade” do projeto.

Em face das observações de campo, Van-Dúnem conclui que os beneficiários não possuem “capital social”, muito menos a requerida “integração” ao projeto, nem sentem que este lhes “pertence”. A intervenção do Banco Mundial pode até mesmo ter relativo impacto na precária situação das comunidades de Viana, porém está longe de erradicar a pobreza estrutural que assola os países africanos, tal como Angola.

Posso acrescentar às conclusões de Van-Dúnem que a utilização deste termo pelo Banco Mundial reflete sua

inconsistente definição de pobreza. Com o malogro das suas políticas compensatórias, o Banco tenta minimizar a rigidez da sua metodologia essencialmente financeira e adota a expressão “capital social”, que presume classificar as pessoas com base em atributos de “participação”, “integração social”, “colaboração” “iniciativa própria”, entre outros termos bem ao gosto da retórica neoliberal. Os Fundos Sociais são apenas um entre os diversos instrumentos impostos por organismos multilaterais aos países onde atuam. Com o discurso de “erradicar a pobreza”, o BM expandiu sua influência ideológica e econômica, pautada em princípios neoliberais, junto à comunidade internacional, em busca de legitimidade e hegemonia.

Van-Dúnem finaliza o livro com uma citação de Joseph Stiglitz: “Não seja mera retórica a mudança de discurso dos organismos internacionais no sentido de possibilitarem que os pobres sejam participantes de sua própria mudança” (p. 182). Outrora explorada por colonizadores, a África ainda atíça a cobiça do capital mundial, que agora aflige o continente não

mais com o braço forte e tirano da colonização, mas sim com a sofismável promessa de “ajuda humanitária”.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington, 2001/2002.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington, 1990.

FARIAS, F. A. **A pobreza e o Banco Mundial**: conceitos, estratégias e metodologias. Monografia. Universidade Estadual do Ceará, 2007.

FARIAS F. A.; MARTINS M. D. O conceito de pobreza do Banco Mundial. **Tensões Mundiais**, v. 3, n. 5, jul/dez. 2007.

STIGLITZ, J. **La grande desillusion**. [S.l.]: Fayard, 2002.